



Anexo IV

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de complemento alimentar à base de proteínas, para atender as necessidades da Casa de Acolhimento Vila Sorriso de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3. Fundamentação legal:	Dispensa de licitação, nos termos da lei 14.133/2021 do artigo 75, inciso II.
1.4. Período:	IMEDIATO, realizado em 4(quatro) entregas conforme item 6.1 deste TR
1.5. Tipo:	Menor preço unitário por item nos termos da Lei 14.133/2021, artigo 33, inciso I.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei 14.133/2021).

2.1 Aquisição de complemento alimentar à base de proteínas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
1	451059	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: moída. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação	KG	182
2	447449	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: fatiada em bife. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	165



3	447441	Carne bovina in natura Tipo corte: lagarto plano. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	181
4	447496	Carne bovina in natura Tipo corte: músculo. Apresentação: cortada em cubos. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	148
5	447734	Carne salgada Tipo corte: ponta de agulha - charque. Origem: bovina. Apresentação: em mantas. Estado de conservação: seco(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	33
6	447626	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: coxa e sobrecoxa. Apresentação: inteiro. Estado de conservação: resfriado(a). Processamento: sem pele, com osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	148
7	447594	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: peito. Apresentação: filé. Estado de conservação: congelado(a). Processamento: sem pele, sem osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	314
8	447518	Carne suína in natura Tipo corte: lombo. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	314



9	448897	Peixe in natura Variedade: merluza. Tipo corte: filé. Apresentação: sem pele. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	99
10	447702	Embutido Tipo: linguiça calabresa. Tamanho: grossa. Tipo preparação: defumada. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	33
11	449182	Embutido Tipo: linguiça paio. Tipo preparação: defumada. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	33
12	447769	Frios Variedade: presunto de pernil. Tipo preparação: cozido. Composição: com capa de gordura. Apresentação: fatiado. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	KG	38

2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.2 O prazo de vigência da contratação é IMEDIATO, contados da emissão de empenho, devendo ser realizada 4(quatro) entregas.

2.3 O fornecimento de bens é enquadrado como não contínuo.

2.4 Trata-se da aquisição de bens comuns, conforme definidos no artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021. Esses bens são caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que podem ser claramente definidos por meio de especificações usuais de mercado, facilitando sua descrição objetiva no edital. Tais especificações garantem que o objeto da contratação atenda às necessidades institucionais de forma clara e precisa, permitindo a concorrência ampla e transparente entre os fornecedores.

2.5 A contratação será realizada mediante dispensa eletrônica, conforme previsto no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, que autoriza essa modalidade para casos em que o valor estimado para a aquisição seja compatível com o limite estabelecido para essa forma de contratação. Essa abordagem busca assegurar celeridade e eficiência na aquisição, ao



mesmo tempo em que respeita os princípios da economicidade e legalidade, fundamentais para a administração pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico Específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A solução foi analisada e encontra-se pormenorizada em Tópico Específico dos Estudos Técnicos Preliminares (anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado a opção mais adequada encontra-se na realização através de Dispensa Eletrônica, utilizando o critério de menor preço unitário.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

5.1.1 5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Da sustentabilidade:

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1.1. Como descrito no Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotando critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outros:

- a) Preferência por alimentos produzidos localmente, reduzindo a necessidade de transporte e o impacto ambiental associado;
- b) Utilização de práticas agrícolas sustentáveis, que minimizem o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, promovendo a conservação do solo e da água;
- c) Preferência por alimentos orgânicos ou com certificação de origem sustentável, que garantam a ausência de contaminantes e promovam a saúde do consumidor;
- d) Uso de embalagens sustentáveis, que sejam recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, minimizando o impacto ambiental;
- e) Redução de desperdícios na cadeia produtiva e no processo de distribuição, incentivando a utilização integral dos alimentos;



f) Promoção da biodiversidade e da preservação de espécies nativas através de práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente;

g) Garantia de que os alimentos não contenham substâncias químicas perigosas, e que a produção respeite as normas de segurança alimentar e ambiental.

5.1.1.1.2. Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garantir sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, a Contratada deve observar os critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, quando aplicáveis a alimentos, tais como:

a) Preferência por alimentos constituídos, no todo ou em parte, por ingredientes de origem sustentável, certificados por entidades reconhecidas;

b) Garantia de que os alimentos sejam produzidos seguindo boas práticas ambientais, incluindo o uso eficiente de água e energia;

c) Uso de embalagens sustentáveis para alimentos, minimizando o volume e utilizando materiais recicláveis para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

5.1.3. Da exigência de amostra:

5.1.3.1. Não será exigida a apresentação de amostra.

5.1.4. Da exigência de carta de solidariedade:

5.1.4.1. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5.1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

6.1.1 Devido à capacidade de armazenamento do estoque da Instituição e ao fato de alguns itens solicitados serem perecíveis e terem data de validade curta, a entrega dos itens deve seguir a seguinte tabela:



Item	1ª Entrega (Dia 0)	2ª Entrega (30 dias)	3ª Entrega (60 dias)	4ª Entrega (90 dias)
Patinho moído	46 kg	46 kg	45 kg	45 kg
Patinho em bifes	42 kg	41 kg	41 kg	41 kg
Lagarto plano	46 kg	45 kg	45 kg	45 kg
Patinho em cubos	37 kg	37 kg	37 kg	37 kg
Carne salgada (charque)	9 kg	8 kg	8 kg	8 kg
Coxa e sobrecoxa	37 kg	37 kg	37 kg	37 kg
Peito de frango	79 kg	79 kg	78 kg	78 kg
Lombo suíno	79 kg	79 kg	78 kg	78 kg
Filé de peixe	25 kg	25 kg	25 kg	24 kg
Linguiça calabresa	9 kg	8 kg	8 kg	8 kg
Linguiça Paio	9 kg	8 kg	8 kg	8 kg
Presunto cozido	10 kg	10 kg	9 kg	9 kg

6.1.2 O fornecimento de gêneros alimentícios proteínas ocorrerá conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável, item 6.1;

6.1.3 O referido cronograma tratado nos subitens acima será encaminhado via endereço eletrônico (email), fornecido pela(s) vencedora (s) no ato de apresentação das propostas.

6. 1.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e na proposta.

6.1.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



substituídos no prazo de 2(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2(dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.8 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.1.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

De acordo com o **item 6.1.**

CAIVS - Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, Rua Itajubá s/n, Vargem Grande-Cônego– Nova Friburgo/RJ

De segunda a sexta, das 09 h às 17 h.

6.3 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão



Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

7.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7.11 O (s) fiscal (is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

7.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.16.4 Aplicar as penalidades constantes no ítem das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte de CONTRATADA.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DE SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.



8.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no ANEXO I de Contratação Direta.

8.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12.1 Para fins de qualificação técnica, será exigido **atestado de capacidade técnica simplificada**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a



aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.15 Habilitação Jurídica:

8.15.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; .

OU

8.15.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

OU

8.15.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

OU

8.15.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

8.15.5 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

OU

8.15.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



OU

8.15.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

OU

8.15.8 Ato de autorização para o exercício da atividade de serviço de hospedagem e buffet, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social nos termos do art. 72/75 da (Lei/Decreto) nº 14.133/2021.

8.15.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.16 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.16.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

8.16.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.16.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.16.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.16.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda



auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16.9 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16.10 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	Fundo Municipal de Assistência Social
Fonte de recurso	1660/1661
Programa de trabalho	36001.0824400942.238
Elemento de despesa:	3390.30 - 14

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

10.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.

10.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta



Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial pela Nutricionista Soraya Fonseca Salvaya de Paula, mat.:115.286.

Nova Friburgo/RJ, 29 de abril de 2025.

ELABORAÇÃO DO TR segundo informações remetidas pela Unidade requisitante:	APOIO TÉCNICO, UNIDADE REQUISITANTE:
<p>Monara Tavares da Silva Cunha Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Matrícula 199.511</p>	<p>Amélia Cristina Domingues Fernandes Subsecretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos matrícula 115.162</p> <p>Rosangela Catarina Cassano Gerente da PSE matrícula 199.059</p> <p>Soraya Fonseca Salvaya Nutricionista Matrícula 115.286</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Matrícula 100.518